

ARQUEOLOGIA, INFORMAÇÃO E MUSEU

ARCHAEOLOGY, INFORMATION AND MUSEUM

Renata Rodrigues Maia¹⁸³
 Marcos Pereira Magalhães¹⁸⁴
 Diogo Jorge de Melo¹⁸⁵

Resumo: A presente pesquisa identificou, discutiu e analisou a documentação que é produzida durante os processos pelos quais os materiais arqueológicos passam desde a saída de campo (escavação) até adentrarem uma instituição museológica, no caso, o Museu Paraense Emílio Goeldi. O trabalho buscou esta análise através do estudo de caso do sítio PA-AT: 337 S11D 47/48, pertencente ao PACA, projeto que desenvolve pesquisas arqueológicas no município de Carajás/PA. Nesse processo esses materiais ganham e perdem muitas informações. Por essa perspectiva o Museu foi pensado como um verdadeiro centro de cálculo, questão defendida pelo autor Bruno Latour. As análises foram realizadas com base nos princípios teóricos e metodológicos da Museologia através de um olhar da Ciência da Informação, a fim de discutir como a informação é processada e difundida no espaço museológico. Neste sentido, a descrição interpretativa dos meios e modos pelos quais os materiais arqueológicos passaram no processo de Musealização, serviu de base para entender como a informação é processada e conseqüentemente difundida pelo Museu, uma vez que este é visto como um agente educador e produtor do conhecimento científico.

Palavras-chave: Museu, Arqueologia, Documentação e Informação.

Abstract: This research intends to identified, discuss and analyze the documentation produced during the processes by which archaeological materials undergo from field work (excavation) until step into a museum institution, in our case, the Emilio Goeldi Museum. This work sought this analysis through the case study of the site PA-AT: 337 S11D/47, belonging to the PACA, a project that develops archaeological research in the municipality of Carajás /PA. In the process these materials gain and lose a lot of information. From this perspective, the Museum was thought of as a true center of calculation, issue championed by author Bruno Latour. The analysis was performed based on the theoretical and methodological principles of museology through a look of Information Science, to discuss how information is processed and disseminated in the museum space. In this sense, the interpretive description of the ways and means by which archaeological materials pass in the musealization process was able to as a basis for understanding how information is processed and consequently disseminated by the Museum since it is seen as an educator agent and producer of scientific knowledge.

Keywords: Museum, Archeology, Documentation, Information.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir do Projeto Arqueológico Carajás (PACA), desenvolvido pelo setor de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) desde o ano de 2012, com a participação de vários pesquisadores e estudantes (bolsistas da Fundação

¹⁸³ Universidade Federal do Pará.

¹⁸⁴ Museu Paraense Emílio Goeldi.

¹⁸⁵ Universidade Federal do Pará.

de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP). A pesquisa buscou analisar os processos de documentação arqueológica do Museu para entender como a informação museológica se estabelece e se desenvolve na instituição. Trata-se de um trabalho transdisciplinar, que se articula entre os fazeres e saberes da Museologia, da Ciência da Informação e da Arqueologia, principalmente pelo viés da documentação.

A intenção inicial era realizar um recorte com viés apenas para os processos específicos, realizados no laboratório do Setor de Arqueologia do MPEG, uma vez que já se estabeleceu uma forte experiência no trato da documentação arqueológica. No entanto, com as pesquisas de campo na região de Carajás (PA) optou-se por ampliar o objeto de estudo, buscando além do laboratório, realizar uma análise mais completa, em que fosse possível averiguar a origem do acervo e, conseqüentemente, como se inicia o processo de documentação. Isto é, acompanhar as primeiras documentações e processos informacionais estabelecidos pelo patrimônio arqueológico e conseqüentemente representado pela cultura material gerada no trabalho de campo, até se tornarem oficialmente um objeto museológico/científico.

Para conseguir entender detalhadamente os processos envolvidos na geração inicial do documento arqueológico, a pesquisa se delimitou em um sítio arqueológico específico, denominado vulgarmente de Gruta da Capela e oficialmente identificado como PA-AT- 337: S11D 47/48, localizado na região de Carajás, Serra Sul, Canaã de Carajás-Pa. Para tanto, foi realizada uma descrição interpretativa dos meios e modos pelos quais a cultura material arqueológica passa, desde o trabalho de campo (prospecção, escavação e coleta) ao laboratório/museu (curadoria, análises científicas e sua incorporação definitiva ao acervo).

Partindo das questões supracitadas, o trabalho tem como objetivo elucidar como o Museu Paraense Emílio Goeldi processa e processou os objetos arqueológicos ao longo de sua história, e de que maneira os processos informacionais se estabeleceram com o aspecto patrimonial, ou seja, qual foi o ganho e/ou a perda de informação durante o processo de Musealização¹⁸⁶. Destacando, que o aspecto de análise se estabeleceu com as observações ocorridas no sítio arqueológico PA-AT-337: S11D 47/48, do PACA.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estabeleceram etapas de observação que foram constituídas para alcançar os propósitos da pesquisa a que correspondem:

¹⁸⁶ Por Musealização se entende “a valorização dos objetos. Esta valorização poderá ocorrer com a transferência do objeto de seu contexto para o contexto dos Museus [...]” (CURY, 2005, p.24).

Trabalho de campo – compreende o momento da escavação arqueológica;

Análise da metodologia constante no projeto PACA - com o intuito de entender as perspectivas esperadas na escavação, assim como tentar equalizar como as informações serão processadas e conseqüentemente geradas em torno dos achados arqueológicos a partir do método científico abordado pela arqueologia. Destacando, que parte dessa análise foi esclarecida através de entrevista com o coordenador do PACA e observação direta das atividades;

Análise de documento – compreende a identificação dos instrumentos de documentação utilizados, sendo eles produzidos ou preenchidos em campo ou laboratório;

Levantamento bibliográfico e registro fotográfico – buscou gerar conhecimentos prévios de análise e produzir dados imagéticos para análise e apoio de análise, se estabelecendo principalmente durante o processo da escavação.

3 DO MITO DAS MUSAS AOS OBJETOS COMO SUPORTE DE INFORMAÇÃO

Apesar de a grande maioria das pessoas ainda terem uma compreensão limitada do que é Museu, muitas das vezes os associando a “lugares de coisas velhas”, o termo vem, no entanto, se estabelecendo historicamente, principalmente através de uma série de discussões acerca da construção terminológica do campo da museologia apresentado, por exemplo, ao longo da existência do *Internacional Council of Museum*. Inclusive atualmente, já se percebe diversas pesquisas referentes a termos e terminologias museológicas, das quais destacamos os trabalhos de Desvallées & Mairesse (2010); Lima (2010); Costa e Lima (2013).

Autores como Lourenço (1999), Scheiner (2008) destacam que “museu” originou-se do termo “*Museion*”, palavra usada para designar o templo das Musas, na Grécia Antiga. Segundo a mitologia Grega, as nove musas eram filhas de Mnemosine (a deusa da memória) e Zeus (deus supremo do Olimpo). A elas foram atribuídas duas finalidades: “[...] de um lado preservam a memória e transmitem o que já se fizera, de outro, criam e aperfeiçoam conhecimentos” (LOURENÇO, 1999, p. 61)

Portanto os museus, dentre outras perspectivas, são vistos como um lugar (espaço construído), sacralizado de guarda da memória (LIMA, 2007). No entanto, além do Museu ser “um local de contemplação”, de fruição, de prazer, pode-se evidenciar que ele possui compromissos educacionais, funções sociais, logo, inserem-se principalmente no universo do conhecimento. Sendo assim, seus objetos musealizados são transformados em documentos, que podem corresponder a diversos suportes de significações, que acabam por representar

pequenas partes (fragmentos) do mundo, ou como alguns autores falariam, pequenas representações de realidades.

Aprofundando as questões de documentação e Museu, lembramos que somente no século XVIII, período das revoluções democráticas, em que se pregava a afirmação da nacionalidade, o museu passou formalmente a ser considerado como uma instituição pública (DURVAL FILHO, 2009). No entanto, Mairesse (2004) considera a publicação do volume de Samuel Quiccheberg em 1565, onde este descreve alguns parâmetros para se organizar uma exposição, como um marco de passagem do *Musaem* da antiguidade para o museu moderno. Este último irá voltar-se doravante para o próprio objeto como portador de informação e não mais somente como suporte de memória.

Como ressalta Filho (2009, p.165),

[...] é somente a partir do século XIX que as ideias de Quiccheberg adentram os museus que passam a se preocupar com a conservação dos documentos escritos, o registro das informações, as classificações, a organização das bibliotecas, os catálogos, os inventários.

Compreende-se, desse modo que o Museu é detentor de várias funções:

Entre as funções prioritárias [do Museu] estão igualmente o deleite afetivo, as relações de subjetividade que se estabelecem entre os indivíduos e as coisas e que funcionam, por exemplo, como suportes da memória, marcas identitárias, e agem para definir trajetos, para explicitar percursos, para reforçar referências, definir amarras – principalmente de espaço e de tempo, já que somos seres balizados pelo espaço e pelo tempo. Mas também se vai ao museu em busca de informação, isto é, para levantamento de atributos empíricos de coisas, para apreensão literal de dados – que ainda não constituem conhecimento – e também para a educação, para a formação, seja de natureza substantiva, seja metodológica, (MENESES, 2000, p.2).

O Museu é, portanto, um lugar onde é possível construir ideias e experiências, apreender os conhecimentos e compreender a teia de informações oriundas dos objetos museológicos. Nesta perspectiva, se envereda pelos processos históricos como uma forma de representar as relações sociais que existem e/ou existiram. Por assim dizer, “o museu é por excelência o espaço da representação do mundo” (MENESES, 2000, p. 4).

Deste modo, com base no excerto, compreende-se o Museu como a ponte de comunicação entre o Homem e seu passado, por onde perpassam as informações que são produzidas e difundidas por essa instituição. Silva ressalta que a partir do momento em que se começou a pensar a informação, diversos conceitos permearam o termo, como bem exemplificado na citação abaixo:

Várias têm sido as definições propostas para o termo informação. Delas ressaltam diversas ideias como, por exemplo, a de que informação é quase sinónimo de facto; é algo que se pode utilizar e de que muitas vezes, se necessita; é a matéria-prima de que deriva o conhecimento; pode ser trocada

com o mundo exterior e não simplesmente recebida; exerce efeito sobre o receptor; é utilizada em momentos de tomada de decisões, como um recurso importante; pode ser registada sobre diferentes suportes (SILVA, 1999, p.24).

A respeito da informação, Latour destaca:

A informação não é um signo e sim uma *relação* estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um *centro*, sob a condição de que entre os dois circule um *veículo* que denominamos muitas vezes forma, mas que para inserir em seu aspecto material, eu chamo de *inscrição*. (LATOURE, 2000, p.22).

Latour (2000) ao definir o que compreende como informação tem como objetivo discutir sobre aquilo que denomina centro de cálculo. O autor usa o termo para analisar o percurso que um determinado objeto passa quando este sai de seu local de origem, de seu contexto natural e chega a uma instituição científica. Na instituição esse objeto ganhará muitas informações, por outro lado, perderá outras tantas também.

4 O ESTUDO DE CASO DO SÍTIO PA-AT-337 S11D 47/48: O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E A GÊNESE DOCUMENTAL

De acordo com Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN), através da Lei nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961, todos os sítios arqueológicos são considerados bens patrimoniais da União, devendo, portanto, ser protegidos. Logo, no referido trabalho, o sítio PA-AT-337 S11D 47/48 será entendido e representado como um patrimônio arqueológico que abarca um conjunto de elementos, que constituem a cultura material de um determinado grupo social em seu respectivo contexto histórico. Destacando que o conjunto patrimonial está ilustrado na FIGURA 1 e será melhor analisado no decorrer do trabalho.

FIGURA 1: Sítio PA-AT-337: S11D47/48



Foto: Schmidt.

Na expedição arqueológica de outubro/novembro de 2013, foi possível perceber o desenvolvimento das etapas iniciais de uma pesquisa de campo, o que possibilitou, conseqüentemente, conhecer e vivenciar empiricamente as práticas das metodologias utilizadas nos trabalhos dos arqueólogos. Pois é em campo que os materiais arqueológicos adquirem suas primeiras documentações e, conseqüentemente, estabelecem-se os primeiros vínculos informacionais. Ou melhor, voltam novamente a existir como objeto para a humanidade. Só que agora com uma transformação inusitada em sua realidade, pois normalmente eram objetos utilitários ou ritualísticos que passam a ser semióforos¹⁸⁷, que compõem parte do cenário museológico e científico, podendo servir como prova material de uma determinada existência do passado ou de uma teoria acadêmica, ou até se tornar um “fetiche” nas exposições museológicas.

No decorrer de um mês de trabalho, essa pesquisa, para entender “tudo”, ou “quase tudo”, da melhor forma, sempre que possível, dialogou com alguns membros da equipe, principalmente com o coordenador, à medida que as dúvidas e perguntas foram surgindo.

As pesquisas realizadas pelo PACA abrangem prospecções e escavações arqueológicas em áreas abertas e fechadas (grutas e abrigos) além da coleta de restos de cultura material, solo, restos orgânicos, carvão e inventário botânico no entorno dos sítios identificados. Tudo associado aos trabalhos em laboratório, para tentar entender a antiga dinâmica social e cultural dos sítios arqueológicos.

Quando entrevistado pessoalmente sobre as metodologias que adotaria para o trabalho de campo, o coordenador Marcos Pereira Magalhães faz as seguintes observações:

Nós escavaríamos em níveis naturais em superfície ampla, então escavaria a Gruta toda, e ia baixando a cada nível simultaneamente, certo? Acontece que numa Gruta que tem 180 cm de profundidade – o seu ponto máximo até agora – com profundidade mínima de 120 cm, se você fazer isso seria um problema muito grande de tempo e recursos. Então a gente teve que adaptar. E o que foi que nós fizemos? Tentamos, para levantar o maior número de informações possíveis, escavar segundo níveis artificiais em diferentes locais. Só que a gente pegou simplesmente metade da Gruta, vai faltar uma outra metade, e isso aí a gente vai tentar compensar de algum modo [...] (MAGALHÃES, 28/10/2013).

Durante a entrevista o arqueólogo justificou também os fatores que levou em consideração para a escolha de pontos específicos para se escavar:

¹⁸⁷ Semióforo é um termo empregado para objetos que já não tem utilidade prática de uso, mas que são dotados de um significado, representando o invisível (POMIAN, 1984).

Luminosidade, conforto e a física também. A física, no seguinte aspecto: toda vez que a gente caminha sempre pelo mesmo lugar, as coisas vão sendo empurradas pros lados. Então numa Gruta você tem um caminho quase que já pré-definido, sempre passa pelo mesmo lugar e aí tudo que é descartado vai ser sempre deslocado pros lados, tanto é que onde tá sendo encontrado mais material é justamente na escavação que tá bem na parede, em um dos lados da Gruta. (MAGALHÃES, 28/10/2013).

Proposto isso e reconhecendo que nem todas as informações poderiam ser obtidas através da escavação de toda a área da gruta, as mesmas foram realizadas em locais estratégicos, segundo quadrantes de 1m^2 subdivididos em quadrículas A, B, C e D, de 50cm^2 cada (como mostra a FIGURA 2), sendo estas escavadas em níveis naturais de até 5cm e de acordo com as camadas. Os níveis têm como propósito o controle do registro e da coleta do material. As escavações por níveis são necessárias para que o arqueólogo obtenha certo controle cronológico da ocupação do lugar. Já as camadas são os diferentes estratos de solo deixados durante as diferentes ocupações que ocorreram no lugar ao longo do tempo. Cada camada apresenta características, especificidades e restos materiais de acordo com as ações e atividades desenvolvidas sobre o solo.

FIGURA 2: Quadrante subdividido em quadrículas

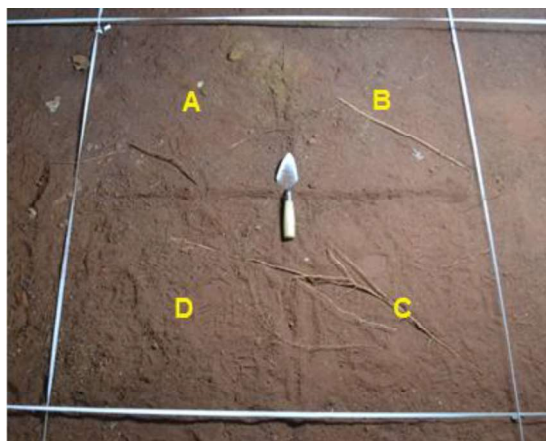


Foto: Schmidt.

A coleta dos materiais arqueológicos envolve alguns procedimentos que variam dependendo do tipo de material. E ela pode ser realizada mediante duas formas: a primeira ocorre no ato da escavação e a segunda com o auxílio da peneira, momento em que o solo passa pelo processo de triagem para verificar se neste ainda há material. Geralmente esses materiais são de menores dimensões.

No ato da coleta dos materiais arqueológicos, esses são identificados primeiramente com etiquetas (onde ganharam suas primeiras fontes informacionais) como mostrado abaixo

(FIGURA 3) e posteriormente é preenchida uma ficha padronizada, no tablete, com informações mais detalhadas referentes ao material em si e ao contexto em que foi encontrado. Temos como exemplos de informações o nome do sítio, sua localização, sua numeração, o tipo de ocorrência, dentre outras.

FIGURA 3: Primeiro documento produzido, a etiqueta contém informações referentes ao tipo

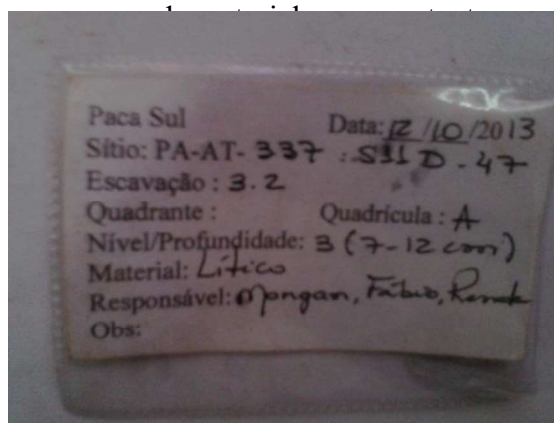


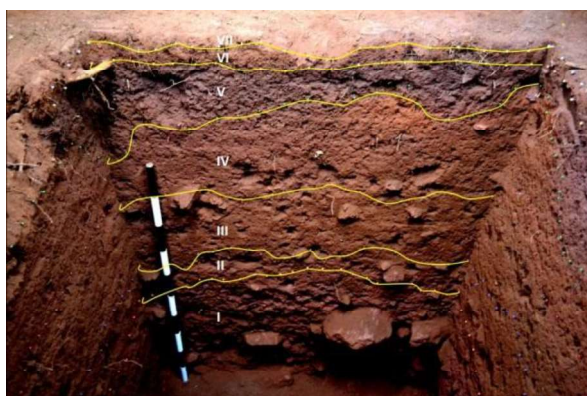
Foto: Renata Maia

Com o término da escavação, são feitos o registro dos perfis (parede e fundo da escavação) por meio de fotos e croquis¹⁸⁸ e a descrição das camadas identificadas.

Nessa escavação foram identificadas e desenhadas sete camadas constantes no perfil do solo, com a descrição de suas respectivas características. No desenho do perfil se registra aquilo que se nota, para que posteriormente seja realizada a descrição das camadas e da escavação. Esses dados serão somados ou confrontados depois.

Abaixo, para exemplificar (FIGURA 4) temos alguns tracejados delineando o perfil a ser desenhado.

FIGURA 4: Perfil das camadas com suas respectivas características.



¹⁸⁸ Desenhos do sítio e de suas escavações.

Foto: Schmidt.

Conforme mostrado nas questões supracitadas, foi possível averiguar os primeiros documentos produzidos em uma expedição arqueológica, desde seu início até o seu término. Com isso pôde-se notar, como pretendido, os primeiros processos de informação que os materiais arqueológicos ganham ao longo desta etapa.

Vale ressaltar, que além dos materiais arqueológicos, outras informações são relevantes para a pesquisa, principalmente o contexto histórico, cultural e ambiental em que estes foram encontrados, pois só assim os arqueólogos poderão chegar a conclusões mais concretas acerca do que fora vivenciado há muito tempo atrás.

O mapeamento da área em questão, procedimento realizado com o aparelho de estação total deve possibilitar a inserção dos sítios arqueológicos em um sistema de informações geográficas. Por isso há a necessidade de se obter as medidas de vários pontos do sítio. Isso tudo, com auxílio de softwares, que permitem a criação de modelos sistemáticos de gerenciamento das informações geográficas ali encontradas.

Atreladas a essas informações obtidas em campo, os materiais arqueológicos ganharão outras quando chegarem na instituição destinada, o Museu Goeldi.

Na instituição museológica esses materiais arqueológicos serão inseridos no acervo mediante alguns tratamentos, os quais darão margem para que se possa discutir, mais adiante, a rede de informações geradas em torno deles. Inclusive contextualizando-os com outros objetos arqueológicos, que possam ter sido encontrados na região ou até em localidades bastante distintas

5 FLUXO E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO NO SETOR DE ARQUEOLOGIA DO MUSEU GOELDI

O tempo de trabalho em laboratório tornou-se essencial para o conhecimento dos procedimentos básicos e primordiais que envolvem a teia de informações que é gerada em volta do material arqueológico quando este chega de campo, pois agora o mesmo está em uma instituição científica a mercê de novos tratamentos e novas observações. Com isso, ganhará algumas documentações e muitas outras relações informacionais se estabelecerão.

Portanto, o objeto quando entra para o contexto museológico, se descaracteriza do seu contexto primário, mas se torna um documento, estabelecido pelo processo de musealização que confere ao objeto um significado quando vai ser estudado e classificado, ganhando um significado social, histórico e cultural. Por esse viés pensa-se a documentação museológica como um processo de construção informacional, capaz de atribuir valores a um determinado objeto.

A partir desse momento, os materiais arqueológicos passarão a ter diferentes tratamentos, dependendo das especificidades de suas composições. Alguns serão limpos (as cerâmicas e os líticos) e outros separados e levados para análises químicas ou físicas mais específicas (a composição química do solo, por exemplo) em laboratórios, inclusive, fora do país, como é o caso do carvão para obtenção de datação por C^{14} .

Na instituição, os materiais arqueológicos serão higienizados e dependendo de sua natureza serão numerados, afinal, “o número é a ponte entre o objeto e a sua documentação” (FERREZ, 1994, p. 72). Este último, facilitará sua localização e posterior análise. Para cada sítio arqueológico há um catálogo com as fichas de campo contendo informações do sítio, das escavações e dos objetos coletados.

O sistema de numeração permite o controle da quantificação dos objetos contidos no Museu, pois é o número de registro que permite a identificação das posteriores informações que serão atribuídas aos materiais. Lembrando que cada museu, de acordo com sua necessidade, adota seu próprio sistema (FIGURA 5).

FIGURA 5: Bolsista numerando o objeto de acordo com a escavação, quadrante, quadrícula e nível.



Foto: Renata Maia

Seguidas da numeração são realizadas as análises e as classificações dos materiais arqueológicos e com elas realiza-se a produção de vários documentos. Consequentemente são atribuídos aos objetos informações, dependendo principalmente de sua natureza, de sua morfologia, de sua função, dimensões, técnicas de fabricação, e assim por diante (FIGURA 6).

Essas informações, processadas cientificamente, serão usadas em futuras pesquisas que intentam levantar, interpretar ou comprovar hipóteses atinentes aos materiais arqueológicos. Como enfatiza Dodebei (2000, p. 61), o documento para a Arqueologia refere-

se também “a noção de registro, uma vez que seu trabalho e a razão de sua atividade não se restringem apenas ao objeto, mas, sobretudo, à interpretação dele”.

FIGURA 6: Bolsista analisando material na Lupa binocular para verificar o anti-plástico (matéria aditivada à argila constituinte das cerâmicas)



Foto: Renata Maia

É por intermédio da classificação que poderão ser inferidas análises mais específicas acerca dos materiais. É, portanto, o momento da junção do trabalho de campo e das análises em laboratório e com isso a pesquisa “documental”, sob o ponto de vista da ciência (e o contexto primário, o uso do objeto, histórico etc – tem que ser pesquisado pelas diferentes áreas inclusive a museologia), se completa. Como Dunnel (2006, p. 169) destaca: “a classificação é o único meio de criar as unidades intensivamente definidas necessárias para a ciência...”.

6 DOCUMENTAÇÃO ANTIGA E DOCUMENTAÇÃO ATUAL

No início das pesquisas arqueológicas no MPEG, muita informação era perdida no ato da coleta e, posteriormente, na musealização de um determinado objeto. A busca pelos objetos esteticamente belos e inteiros encobria e desconsiderava uma série de fatores que pudessem futuramente ser considerados como veículos de informação. Hoje, informações referentes ao contexto histórico, formas de coletas, bem como os registros são pautados com o rigor que possibilite posteriormente análises mais consistentes acerca daquele objeto. Logo, fatores antes ignorados, contribuem enormemente para o fluxo da dinâmica da rede informacional existente hoje.

Ainda que uma série de fatores tenha influenciado gradativamente na forma como os materiais arqueológicos foram e estão sendo coletados pela instituição ao longo dos anos, a atenção dada aos diferentes objetos varia, obviamente, segundo os interesses dos

pesquisadores. Para os objetos coletados nos primeiros anos da história do Museu o tratamento é diferenciado, sendo estes acondicionados no Acervo da Arqueologia, já os materiais coletados posteriormente a esse período permanecem no Salão da Reserva Técnica. Isso talvez possa ser justificado pela estrita relação dos primeiros artefatos coletados com a fundação do Museu. Também é de se destacar que a falta de espaço no acervo inviabiliza esta ação.

A partir do momento que se registrou os trabalhos desenvolvidos em campo e no laboratório, os objetos coletados passam a ser vistos como “testemunhos que representam comportamentos culturais passados, que devem ser interpretados, à luz do instrumental teórico disponível, para o entendimento da dinâmica sociocultural de quem os produziu” (AZEVEDO NETTO, 2007, p.12).

Com base nos procedimentos realizados com os materiais arqueológicos (supracitados), quanto aos diferentes tratamentos, é possível observar processos de perda e ganho informacional, que se estabelecem entre o ato de documentar e de descontextualizar o objeto de seu lugar de origem. Pode-se assim, enfim, adentrar no que o autor Bruno Latour (2000) define e defende como centro de cálculo numa instituição científica.

Latour (2000) convalida a ideia de instituição científica pensada como um verdadeiro centro de cálculo, onde é compreendida como um sistema de redes de informações que adquirem e ao mesmo tempo reproduzem/devolvem os conhecimentos que detêm. Tal questão é exemplificada na referida colocação do autor, quando este analisa o trabalho de um naturalista retirando uma ave de seu contexto natural e levando-a para o contexto científico:

[...] em comparação inicial, em que cada ave vivia livremente em seu ecossistema, que perda considerável, que diminuição! Mas, em comparação com a situação inicial, em que cada ave voava invisível na confusão de uma noite tropical ou de um amanhecer polar, que ganho fantástico, que aumento! O ornitólogo pode então, tranquilamente, em local protegido, comparar os traços característicos de milhares de aves tornadas comparáveis pela imobilidade, pela pose, pelo empalhamento. O que vivia disperso em estados singulares do mundo se unifica, se universaliza, sob o olhar preciso do naturalista (LATOURE, 2000, p. 25).

Nesse sentido, o Museu Goeldi, a partir de um setor específico, no caso a Arqueologia, é pensado nesta pesquisa, como uma instituição museológica que se apropria de objetos da cultura material, construindo e destruindo informações referentes a esses objetos, ou seja, um centro de cálculos que compõe uma “... vasta rede onde circulam não signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos” (LATOURE, 2000, p. 21).

A perda de informações acontece a partir do momento em que esses objetos da cultura material saem de seu contexto de origem (no caso o sítio arqueológico) e deixam de

ter suas informações primeiras. No ato da higienização esses objetos também estão propícios a essas perdas e muitas das vezes ganham “cicatrizes” como marcas de escovas e pequenas quebras.

Por outro lado se “ganha” dada à quantidade de informações que tais objetos adquirem quando passam a compor um espaço museológico e se articulam na rede informacional de diversos objetos arqueológicos coletados ao longo da história do MPEG e em muitas das vezes dispostas a outros núcleos informacionais, pois podem ganhar, por exemplo, uma documentação virtual na internet. A esse respeito, Cândido (2006) destaca:

Neste sentido, o objeto incorporado a um museu, ao ser retirado do contexto original e transferido para um local de domínio público especialmente preparado para a sua guarda e exibição, perde seu valor de uso / função e assume o papel de bem museal, cuja ‘preciosidade’ é balizada por sua carga documental e simbólica, que o distingue da condição anterior (p.43).

Melo *et al* (2012, p. 169) infere que “A ideia de centro de cálculo nos aponta para um mecanismo antropofágico, que além de digerir e assimilar é capaz de devolver algo novo ao sistema, mas não apenas uma simples devolução, mas algo capaz de gerar fora do sistema algo inovador”. A partir disso temos a produção e principalmente a circulação de informação no espaço, pois dadas as interpretações os objetos irão comunicar algo inferente ao contexto do qual foram retirados. Pois como estabelece Cândido:

A vida dos objetos está intimamente ligada ao trabalho humano, revelando usos, costumes, técnicas, práticas e valores de diferentes épocas e culturas. Socialmente produzidos, os objetos materiais, usando um vocabulário diverso, podem nos falar sobre as várias formas de presença do homem em seu meio ambiente (CÂNDIDO, 2006, p.43).

Nesse sentido, considera-se que o objeto, pensado aqui como fonte documental, oferece as bases essenciais para a comunicação através das informações que estabelecem em sua institucionalização. Assim, torna-se imprescindível ater-se aos cuidados necessários para manter vivas estas informações que se estabelecem nesses objetos. Fato que estabelece conseqüentemente a relação dos cuidados que atentam para a preservação nos espaços museológicos. Desse modo, como afirma Cândido, “deve-se entender a preservação não como um fim, mas como um meio de se instaurar o processo de comunicação...” (CÂNDIDO, 2006, p. 34).

No entanto, é importante assinalar que o museu, como uma instituição da informação deve possibilitar o gerenciamento adequado de seus acervos e refletir teoricamente sobre a sua prática documental. Fator esse que precisa ser estimado por meio de instrumentos articulados a sistemas de informação, com o intuito de controlar e facilitar o acesso informacional. Esse

controle pode e deve ser realizado através dos diversos documentos que são produzidos no momento em que um objeto adentra na instituição.

7 CONSIDERAÇÕES

Muito se vem discutindo sobre as atividades desenvolvidas por instituições museológicas referentes à conservação, curadoria de acervos e exposições, mas ainda fala-se relativamente pouco sobre os trabalhos realizados em documentação, bem como da estreita relação dos Museus com a Ciência da Informação.

Não se atentando para a realização dessas atividades como meios de elucidar processos informacionais, exceto as exposições museológicas que compreendem o principal elo entre Museu e público no sentido de divulgar o conhecimento que é produzido em torno do conhecimento, em nosso caso específico, do conhecimento científico e do patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da realização minuciosa de uma documentação museológica pautada no diálogo entre os procedimentos de salvaguarda dos objetos, ou seja, entre o pesquisador e a instituição museológica, reforçando a ligação que deve existir entre ambos. Onde o próprio processo de Musealização corresponde e ilustra esse elo entre a Museologia e a Arqueologia, pois por meio desse processo se seleciona e se valoriza os elementos do conhecimento, mediante interpretações. Sendo a partir dessas ações, que se irá produzir o conhecimento qualificado, científico e museológico.

Esse é o elo que se julga importante pelo fato muitos profissionais que atuam em museus desconhecem parte dos processos que envolvem a composição de construção informacional de seus objetos de estudo. Pois se não houver uma ponte entre as áreas, que possibilite esse entrelace, muito será perdido quanto à produção e difusão do conhecimento, pois a rede de informações existentes em torno dos objetos não se inter-relacionará tão proveitosamente.

Atualmente as metodologias de coleta dos materiais arqueológicos e o registro documental destes, como analisado no decorrer do trabalho, permitem um acúmulo considerável de informações sobre determinado objeto, fator esse que complementa o fluxo e o processamento de informações produzidas e difundidas pela instituição museológica.

Essa rede de informações presente no Museu situa as relações transdisciplinares entre a Museologia, a Arqueologia e a Ciência da Informação que ocorrem e compõem o espaço. Nesse sentido temos a origem desta rede no exemplo analisado por Latour (2000) no seu centro de cálculo.

De volta à análise do Museu como centro de cálculo, temos, conforme citado por Latour (2000) a constituição do que o autor determina de centro e de periferia. O centro seria a instituição científica (Museu Goeldi), lugar onde os materiais arqueológicos são “depositados” e a periferia o lugar de onde eles vieram (sítio arqueológico, localizado em Canaã dos Carajás).

Nessa perspectiva, os materiais arqueológicos coletados em campo irão compor uma parte do lugar de origem agora alocado no centro, pois a “[...] a expedição vai permitir ao centro acumular conhecimentos sobre um lugar que até aí ele não podia imaginar.” (LATOURE, 2000, p. 23).

Dessa relação centro e periferia perpetra-se a existência de uma rede de informações no Museu. Nesse sentido “A Informação em Museus situa o encontro entre Ciência da Informação e Museologia, sobretudo e em especial, na informação enfocando, assim, tanto coleções (armazenadas, expostas, representadas e/ou citadas em edições etc.), quanto elementos e espaços” (LIMA & COSTA, 2007, [s.p.]). Lembrando que o campo científico e o público, em decorrência da divulgação do conhecimento, também são periferias que se estabelecem neste centro de cálculo.

Em grande parte a noção de patrimônio arqueológico que temos atualmente sobre a região amazônica advém do que é produzido e difundido pelo Museu Goeldi, esse fator por si só justifica a importância e o cuidado que se deve ter com as informações que são geradas por essa instituição.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de, Informação e Memória – As relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**: Vol. 1 n. 2 – UFGD - Dourados Jul/Dez 2007.
- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. **Caderno de diretrizes museológicas 1**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação** / Marília Xavier Cury – São Paulo: Annablume, 2005.
- DESVALLEES, A. Mairesse, F. (Eds.). (2010). **Conceptos claves de Museología**. Paris: Armand Colin, 87p.
- DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Construindo o Conceito de Documento. In: **Memória, Identidade e Representação** / LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes e Moraes, NILSON Alves de (Organizadores). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

DUNNELL, Robert C. **Classificação em Arqueologia**/ Robert C. Dannel; tradução Astolfo G. M. Araujo. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREZ, Helena Dobb. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio n. 2**, Estudos de Museologia, Rio de Janeiro: MinC / IPHAN, p. 64-74, 1994.

FILHO, Durval de Lara. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, 21 (2): 163-169, maio/agosto, 2009.

LATOURE, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: **O Poder das Bibliotecas**. BARATIN, M. & JACOB, C. (Ed.), Editora da UFRJ, 2000, p. 19-44.

LIMA, Diana F. C. Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter) ativo. In: ANCIB; PPGCI-UFBA. (Org.). ODDONE, N.; BRÄSCHER, M. (Orgs.). ENANCIB 2007, **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (8)** - Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação, GT- Debates sobre Museologia e Patrimônio. 0ed.Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007, p. 1-16.

LIMA, Diana. F. C.; COSTA, I. F. C. Ciência da informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos -- subsídio à linguagem documentária. In: CIFORM, 7. **Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa**. 2007, Salvador - BA: Insti, [s. p.].

LIMA, Diana F. C. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. **Museologia e Patrimônio**, v. 3, p. 16-26, 2010.

LIMA, Diana F. C.; COSTA, L. L. M. O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos. In: ANCIB; UFSC. (Org.). BRASCHER, M.; CAFÉ, L. (Org.) ENANCIB 2013 - **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (14)**. 1ed.Florianópolis: UFSC; ANCIB, 2013, v. 1, p. 1-21. CAPITULO DE LIVRO

LOURENÇO, Maria Cecília França. Imaginário e Museus: das Musas às Coleções, In: **Museus acolhem o moderno**. EDUSP. São Paulo, 1999. p. 59-75.

MAIRESSE, F.. Samuel Quicchebeeg et le patrimoine e immaterial. In: **International Symposium do ICOFOM: museology and intangible heritage**, 2004. Anais...Seoul, Korea: ICOFOM, 2004. Pg. 54-61.

MELO, Diogo Jorge de; MONÇÃO, Vinicius de Moraes; AZULAIA, Luciana Cristina de Oliveira; SANTOS, Mônica Gouveia dos. Antropofagia e Museofagia: desvelando relações interculturais. In: T.C.M. SCHEINER, M. GRANATO, M.A.G.S, REIS, G.B. AMBROCY. (Orgs.) **Termos e Conceitos da Museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral**. 1ª Edição, Rio de Janeiro: UNIRIO, MAST, 2012, Vol. 1, pg. 165/173 Universidade Federal do Pará / UFPA, 2012.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Museu e o problema do conhecimento. **Anais Museus Casas IV/ FCRB**, 2000.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: GIL, Fernando. **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p.51-86.

SCHEINER, Tereza Cristina. O Museu, a palavra, o retrato e o mito. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio**, UNIRIO/MAST, nº. 1, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Armando Malheiro et al., **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999. p.23-27.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15304&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>. Acesso em 30.07.2014